

Rumo ao Futuro

É melhor um mau acordo do que uma boa demanda. O ditado aplica-se como uma luva ao acordo que o Brasil acaba de fazer com os bancos privados internacionais em torno da dívida de US\$ 45 bilhões. É muito melhor do que os do México, Argentina e Venezuela. Além de normalizar 10 anos de crises de relacionamento com a comunidade financeira internacional, as bases do acordo foram extremamente favoráveis em termos de prazos, desconto do principal e nível de juros para o pagamento das dívidas vencidas até e a partir de 1988 (data do último acordo).

Nesses 10 anos, o Brasil viu interrompidos os créditos dos bancos para investimento e capital de giro das empresas privadas e estatais. Também foram praticamente suspensos os créditos de médio e longo prazos dos bancos oficiais para compra de máquinas e equipamentos que permitiriam a modernização tecnológica do parque industrial.

Há uma íntima relação entre a crise da dívida e a recessão brasileira. A absorção de poupança externa através do endividamento externo, retomado fortemente em 1968, impulsionou o *milagre brasileiro*. Mas foram os juros flutuantes da dívida que transformaram o endividamento numa bola de neve e empurraram o país para a crise do balanço de pagamentos, à qual se procura agora pôr um paradeiro.

Em vez de importar capitais, que acrescentaram 3% a 4% ao ano na taxa de expansão do PIB até 1981, o Brasil tornou-se exportador de capitais que chegaram a desfalar o PIB em quase igual proporção. Em 10 anos, o que o país perdeu nas contas internacionais explica a recessão e o encolhimento do mercado interno.

A crise brasileira, no entanto, não se limita à relação de causa e efeito da dívida. Afinal, o endividamento externo foi a maneira que o Brasil encontrou (antes e depois da crise do petróleo) para tentar fugir à insuficiência crônica de capitais próprios para financiar o seu desenvolvimento. Depois da crise do petróleo, o endivi-

damento serviu para protelar os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.

A inflação, no entanto, veio a reboque desse desenvolvimento a qualquer preço, que descuidava do equilíbrio básico entre receita e despesas do Estado. Quando a capacidade financeira do Estado se esgotou, com a disparada dos juros internacionais na segunda metade dos anos 70, o Brasil conheceu, em 1981, a primeira recessão em 40 anos: e veio para ficar no ano seguinte, prenunciando uma década de crises.

O resgate da promissória da dívida só está sendo possível porque o governo, sob a batuta competente e honesta do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, está adotando a providência básica até para qualquer empresa levantar a concordata: sanear as próprias finanças. Os credores (do FMI aos bancos privados, passando pelos governos dos países ricos) compreenderam que, desta vez, a disposição do governo brasileiro é seguir a dieta rigorosa: o ministro Marques Moreira não tem o perfil dos que fizeram cartas de intenção para não cumprir.

Ao aceitarem — com a cobertura do governo americano, através do Plano Brady — o desconto de até 35% (ou US\$ 14 bilhões) no principal da dívida, os bancos comerciais privados deram um sinal inequívoco de que estão considerando o Brasil novamente um dos países de maior potencial de desenvolvimento, e querem voltar a financiá-lo.

O potencial brasileiro em recursos naturais e população não tem similar. O Brasil está mais próximo dos padrões de abertura e eficiência de mercado do que o México, o Chile, a Argentina e a Venezuela, ou as nações do Leste Europeu e da antiga URSS, que ainda engatinham na economia de mercado.

O Brasil só depende de si para prosseguir nas medidas de saneamento financeiro, com a aprovação da Reforma Fiscal. A estabilização é pressuposto indispensável para as medidas seguintes de modernização e de redução da presença do Estado na economia.